

**APONTAMENTOS CONCEITUAIS SOBRE O ENSINO DE JORNALISMO NO
CONTEXTO DAS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES E DA FORMAÇÃO
SUPERIOR NA AMAZÔNIA**

**Antonio Carlos Sardinha¹
Lylian Caroline Maciel Rodrigues²**

RESUMO

O artigo apresenta os fundamentos conceituais que perpassam a estruturação do projeto pedagógico do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá, destacando a compreensão teórica que subsidiou a reformulação do currículo, a partir das novas diretrizes curriculares para o ensino de jornalismo. Problematicamos os fundamentos e as dimensões que, em nosso entendimento, devem compor o currículo, considerando uma revisão crítica das diretrizes curriculares para a formação de jornalistas, dada a realidade e as demandas de formação na Amazônia. Para efeitos de conclusão, destacamos o papel do ensino, na articulação com a produção de conhecimento, que considere as especificidades, tensionamentos e contradições entre o campo profissional e de conhecimento do jornalismo, em uma dimensão epistêmica, que torna a prática pedagógica constitutiva de um processo de investigação que deve perpassar o currículo e subsidiar a prática pedagógica do pesquisador-jornalista-professor.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Jornalismo; Currículo; Diretrizes Curriculares; Amazônia.

**CONCEPTUAL NOTES ABOUT TEACHING JOURNALISM IN THE CONTEXT
OF NEW CURRICULUM GUIDELINES AND HIGHER EDUCATION IN
AMAZON**

ABSTRACT

The article presents the conceptual foundations that structure of the pedagogical project of the Journalism Course at the Federal University of Amapá, highlighting the theoretical understanding that supported the reformulation of the curriculum, based on the new curricular guidelines for teaching journalism. We problematize on the fundamentals and dimensions that, in our understanding, should compose the curriculum, considering a critical review of the curricular guidelines for the training of journalists, given the reality and demands for training in the Amazon. For the purposes of conclusion, we highlight the role of teaching, in articulation with the production of knowledge, which considers the specificities, tensions and contradictions between the professional and knowledge fields of journalism, in an epistemic dimension, which makes the pedagogical practice constitutive

1 Professor adjunto da Universidade Federal do Amapá, Doutor em Comunicação (UNESP). Integra o Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas (CNPq/Unifap). Pesquisador associado ao Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas da Unifap.

2 Professora Adjunta da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/2013). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/2007). Jornalista pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2004). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Política (UNIFAP/CNPq). Coordenadora da Agência Experimental de Comunicação (AGCOM/UNIFAP).

of a research process that must run through the curriculum and support the pedagogical practice of the researcher-journalist-teacher.

KEYWORDS: Teaching Journalism; Curriculum; Curricular Guidelines; Amazon

APONTAMENTOS INICIAIS

Mais que a reorganização do Currículo e a reestruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos, as Novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Bacharelado em Jornalismo apontam para alterações também relativas à percepção sobre a formação superior em Jornalismo, que se detém em uma instância pouco observada no currículo mínimo: o fortalecimento do campo teórico-epistêmico envolvendo o conhecimento sobre a área, atrelado de forma mais estreita (como uma prática pedagógica, portanto) ao ensino de Jornalismo.

O presente capítulo apresenta a perspectiva conceitual que subsidiou a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPC) do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap), considerando adequações ao projeto até então vigente, que carregava as orientações previstas no Currículo Mínimo dos Cursos de Comunicação Social³. Pontuamos, de imediato, que o processo metodológico de revisão do currículo envolveu uma reflexão sobre o estatuto teórico-epistêmico do campo jornalístico e uma perspectiva crítica sobre o ensino em Jornalismo, na relação de tensionamento histórico entre as lógicas mercantis e as preocupações com o papel social e o interesse público que permeiam a formação dos jornalistas no país.

Ao apresentarmos as dimensões conceituais em que nos baseamos para reformular o Currículo, procuramos contribuir em uma perspectiva contra-hegemônica com a reflexão sobre o ensino em regiões periféricas, tanto no que se refere à produção de conhecimento em jornalismo, quanto à formação de profissionais, caso específico da região amazônica e em cidades de pequeno e médio porte.

ELEMENTOS PARA PROBLEMATIZAR A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

³ O processo de revisão do PPC foi coordenado pelos autores, no período em que estiveram na coordenação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (2013-2015).

Um debate profundo, necessário e urgente neste alvorecer do século XXI, refere-se à democratização da informação e da comunicação, bem como ao papel que os dispositivos midiáticos assumem na produção da sociabilidade contemporânea. Situar a formação profissional de jornalistas diante desse contexto é tornar os currículos representativos da pluralidade de demandas e de atores com interesses na formação profissional, tais como sindicatos, empresas, sociedade civil organizada e comunidade científica interessadas no fortalecimento da profissão e do campo de conhecimento, em torno do Jornalismo.

O nosso entendimento é que esse contexto e as questões que emergem desse cenário foram agendados pelas novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado em Jornalismo, aprovadas em 2013, depois de um processo de consulta à sociedade⁴.

O atual cenário da organização política, econômica e tecnológica faz emergir a complexa rede que refletiu e deliberou as diretrizes, no sentido de fortalecer a necessidade do diploma como elemento central para a construção de uma carreira, desde a universidade.

O desafio é formar um trabalhador capaz de gerar e gestar o próprio campo de atuação, um profissional que não esteja subordinado às lógicas de um mercado tomado por uma indústria monopolista da notícia, capaz também de compreender o *ethos* e as finalidades da profissão em suas especificidades, como prática social contemporânea. Neste caso, mencionamos, ainda, a reflexão necessária sobre as condições sociais e as condições tecnológicas capazes de tornar o jornalista em um agente humanizador da organização social, estruturada nas mídias e na informação.

No que tange à crítica ao processo de produção de conhecimento, o entendimento é que as Novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Jornalismo devem aprofundar as investigações epistemológicas e teóricas como parte constitutiva do processo de ensino da profissão.

Entende-se, por isso, que discutir os aspectos epistemológicos e teóricos envolvendo o Jornalismo, requer situá-lo no campo comunicacional e, de imediato, não

⁴ Disponível em http://www.fenaj.org.br/educacao/novas_diretrizes_curriculares_jornalismo.pdf. Acesso em 10 out de 2015.

ignorar as reflexões epistemológicas sobre o campo maior no qual está inserido, o da Comunicação (SILVA, 2009a).

Se as diretrizes provocam uma revisão sobre o Jornalismo e os jornalistas, a prática de sua implantação deve tornar relevante também o papel do professor de Jornalismo. Questões que pairam sobre o jornalista-professor ou o pesquisador-jornalista-professor retomam um entendimento de que a superação da dicotomia teoria-prática requer a construção de uma identidade para o trabalho docente que, para lidar com a produção do saber sobre o Jornalismo, associe competências científicas, conhecimentos pedagógicos e dimensões políticas da Educação Superior. Nota-se que a discussão em torno dos currículos não deve estar restrita ao Ensino e Currículo, mas na figura do professor de Jornalismo (no *ethos* construído para esse ator no processo de formação).

Compreende-se também que as Novas Diretrizes possuem brechas que compreendem a formação do jornalista diante de um contexto de crise do modelo de negócios, que não mais sustenta a profissão. O que está posto para orientar a elaboração dos projetos pedagógicos são os desafios acerca da reinvenção do mercado e da prática profissional, tornando os Currículos em “espaços” que provoquem os cursos a se conectarem com as realidades do campo profissional e, assim, redescobrir demandas da profissão.

Esse aspecto é importante para fundamentar o que acreditamos como uma das teses centrais que defendemos: a produção de conhecimento sobre o campo jornalístico como pressuposto para o ensino dos fundamentos técnicos, éticos e estéticos da profissão. Os mercados periféricos têm lógicas que precisam ser compreendidas para gerar oportunidades e revisar protocolos pedagógicos que superaram a homogeneidade dos projetos de ensino em jornalismo. Na Amazônia, o mercado profissional para o jornalismo tem contornos muito particulares, dentro da própria região, conhecer as dinâmicas e considerá-la para efeito de revisar os conteúdos e as formas de ensinar a profissão são dimensões fundamentais que justificam a pertinência e inovação de um curso de formação superior em jornalismo, aspecto que detalharemos ao longo do artigo.

O processo de formação também deve apontar para uma relação crítica com o mundo do trabalho. Reconhecer o sindicato como mais uma instância de mediação entre universidade e mercado, seguido do estímulo constante à prática ao estágio supervisionado

obrigatório, previsto nos novos Currículos. A questão é: como estabelecer com o sindicato uma relação estratégica e interdependente? A produção de conhecimento sobre o campo profissional torna-se um elemento fundamental para um protocolo de relacionamento entre a universidade e o mundo do trabalho. O Currículo não deve adiar esse diálogo, sob pena de ver seu escopo reduzido à formação de recursos humanos.

Neste sentido, a produção de conhecimento por meio da pesquisa científica deve ser uma instância estratégica no Currículo, pela possibilidade de orientar a formação profissional, ao materializar-se em estratégias pedagógicas e nos conteúdos estruturantes do Currículo.

Para pensar o Currículo e a produção de conhecimento no curso de Jornalismo, é preciso colocar em evidência em sua matriz conceitual dois aspectos que incidem sobre o docente e sobre o discente: a) o estágio como espaço de tensionamento entre universidade e mercado; b) permanente reelaboração da identidade profissional do jornalista em formação, bem como do docente formador (jornalista, pesquisador e, portanto, professor).

A PERSPECTIVA DA PESQUISA NO CURRÍCULO

É considerando o entrelaçamento dos argumentos que empreendemos até agora que apontamos um papel estruturante (e não acessório) que elege a pesquisa como espaço de investigação da realidade profissional e de produção de conhecimento sobre o campo jornalístico. Essa dimensão deve ser capaz de, no Currículo, agendar e orientar o ensino, com suas respectivas metodologias e práticas pedagógicas.

Alguns aspectos fundamentais devem obrigatoriamente ser considerados na tentativa de problematizar a produção de saber sobre a comunicação, neste início de século. Estes aspectos envolvem: a) ambiguidades e problemas de constituição da comunicação como campo de conhecimento (MARTINO, 2004; 2007); b) discussões não consensuadas sobre bases conceituais, objetos e paradigmas que organizam a produção teórica em comunicação (FRANÇA, 2001); e, por fim, c) certa instrumentalidade predominante na produção de conhecimento comunicacional, vinculada a ação de meios sociotécnicos (SODRÉ, 2010; 2012).

Neste sentido, repensar o estatuto teórico-epistemológico revela-se como aspecto necessário a ser enfrentado permanentemente pela pesquisa em Comunicação e em Jornalismo, tomando-se o Currículo ponto de partida.

O Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da Unifap compreende que a pesquisa em Comunicação e em Jornalismo (consideradas suas especificidades) precisa avançar nas instâncias epistemológica, teórica e metodológica (pensadas como dimensões integradas e interdependentes), sendo essa a perspectiva constitutiva de todo processo de investigação que tem como “aliado” o espaço do ensino como *locus* privilegiado para estimular, provocar e fomentar essa perspectiva.

Sodré (2012) discute a constituição do campo da comunicação, destacando seus paradigmas teóricos e sua produção social, cultural e política como ciência. O autor também pontua a prática da comunicação mobilizadora da força de trabalho, no Estado Liberal e financeiro burguês.

O fato é que essa questão cresceu em tal magnitude e envolveu de tal modo a vida social corrente que a esfera acadêmica terminou perdendo de vista os limites entre o fenômeno e a sua conceituação. Esgotado o ímpeto ensaístico dos europeus, com o arrefecimento disso que os franceses chamavam de *la théorie*, restou, na periferia norte-americana e latino-americana, a paisagem fragmentária das dezenas de tentativas teóricas (cada um buscando apresentar a sua teoria) e das pequenas descrições funcionais, alimentadas pela obrigatória performance universitária (SODRÉ, 2012, p. 23).

Trata-se da relação umbilical da prática comunicativa midiática com o Capitalismo contemporâneo. E o espaço acadêmico evidenciou a comunicação por dimensões organizacionais e tecnológicas, mais do que pela necessidade moral e política. Para o autor, o campo permanece ambíguo em meio a estudos fragmentados, que escapam da temática da industrialização da mídia, ou permeiam o “par comunicação-informação”, ou ajustam-se aos estudos culturais. Seria a concentração de esforço sobre a formação do profissional: “Uma das causas dessa dispersão cognitiva pode ser exatamente o lado de formação profissional atinente ao campo. Isso não é exclusivo da comunicação” (SODRÉ, 2012, p. 24).

A formação do campo profissional, atrelada a demandas por especialização durante a formação, pauta os currículos e a própria pesquisa em uma agenda que pouco problematiza, reflete ou produz conhecimento sobre o saber profissional, tendendo a uma

reprodução de práticas e técnicas. O desafio é a produção de conhecimento com valor social, cultural e político, a fim de superar a reprodução de práticas cristalizadas do campo profissional. O que se espera é que a pesquisa possua margem relativa em relação a determinações e intervenções, nas epistemes e na realidade prática dos fenômenos da comunicação. Essa perspectiva provoca também a instituição de ensino superior. O processo de produção do saber comunicacional e a constituição de um campo científico no conjunto das ciências sociais estão relacionados, diretamente, a aspectos institucionais que devem ser assumidos pela universidade na contemporaneidade, que lida com desafios da fluidez das fronteiras entre os campos e a demanda por rupturas epistemológicas (SANTOS, 2007).

Esse posicionamento é uma opção epistêmica de sentido vigoroso, quando observamos a dinâmica de produção de saberes e o próprio ensino de jornalismo no Brasil atrelados a uma dinâmica própria de grandes centros e sob perspectivas centradas em paradigmas profissionais e científicos que não apreendem (e até ignoram) outros saberes e dinâmicas periféricas de produção, circulação e consumo de informação jornalística. A questão de fundo, como instância de avaliação de um Currículo periférico, é problematizar qual a roupagem e também a modelagem que formatam as lógicas e as práticas de formação em regiões periféricas⁵ do país, tais como a Amazônia ou as cidades de pequeno e médio porte.

O Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da Unifap busca, conceitualmente, pensar um Currículo que possa garantir a produção de conhecimento e a constituição do saber jornalístico, sem romper e ignorar os desafios epistemológicos do campo da Comunicação e da prática (ética, moral e política) do profissional. A primeira questão a ser considerada é a tentativa de superar o reducionismo que confunde o objeto de estudo do Jornalismo como a prática da profissão, além da fragmentação de seu objeto de conhecimento (SILVA, 2009a).

As questões que historicamente desafiam o campo da comunicação também estão presentes no debate sobre a constituição do campo jornalístico (SILVA, 2009a) e

⁵ O periférico, nesse caso, é usado para representar o que margeia e não ocupa um centro hegemônico de produção de poder e sentido. Não menos importante, o periférico visto sob essa ótica assume uma dimensão importante na disputa simbólica para ressignificar práticas sociais. Assumir a identidade currículos periféricos é também posicionar a formação nessa perspectiva para repensar modelos de formação orientados sob um eixo geográfico pouco representativo nos demais cursos de jornalismo em outras regiões brasileiras

demandam, portanto, uma compreensão crítica da imprensa (com campo de natureza peculiar) na interface com os demais campos sociais. Silva (2009a) considera a capacidade da imprensa em produzir sentido inteligível obre a realidade, o que nos leva a identificar o campo jornalístico como produtor de conhecimento social de natureza singular (MEDITSCH, 1992; 1998), constitutivo no processo de tessitura das relações sociais.

Baseada em Sfez, Silva (2009a) aponta que a comunicação se instalaria num *continuum*, com um núcleo observável e outro tomado por uma forma simbólica pouco explícita. A prática profissional sobreposta à dimensão simbólica (e conceitual) nos impede de chegar à episteme do jornalismo.

E por que estudar ou pesquisar o jornalismo e não simplesmente fazê-lo? O cenário tecno-informacional tem reposicionado o campo jornalístico na contemporaneidade no que se refere a suas práticas estéticas, narrativas e de linguagens. Ao criticar a instrumentalização reducionista do jornalismo e as técnicas do jornalismo à retórica, Sodré (2010) questiona o que existe além da prática técnica: a necessidade de se conhecer o princípio da midiatiza o como fen meno que interfere na produ o da realidade.

Mediatiza o seria o funcionamento articulado das tradicionais institui es sociais com a média. A midiatiza o não nos diz o que   a comunica o e, no entanto, ela   e enquanto objeto de um pensamento comunicacional da contemporaneidade, precisamente por sustentar a hipótese de uma muta o sociocultural centrada no funcionamento atual das tecnologias da comunica o (SODRÉ, 2010, p. 8).

A pesquisa em jornalismo acontece relacionada   cultura e suas transforma es por efeito das novas tecnologias da comunica o e da informa o. E o cenário nos obriga a “determinar a natureza da cultura comunicacional em que se produz a prática jornalística para avaliarmos a adequa o do patamar que sustenta o nosso entendimento de comunica o” (SODRÉ, 2010, p. 7).

Essa perspectiva nos remete a compartilhar o entendimento de Muniz Sodré de que não   possível estudar, de um lado, os fen menos sociais e, de outro, o funcionamento da m dia, reduzindo o jornalismo a um processo instrumental, tentando ver nele uma “neutra e técnica correia de transmissão de fatos sociais por um público consumidor” (SODRÉ, 2010, p. 125).

Uma chave interpretativa capaz de posicionar e, ao mesmo tempo, observar o fenômeno jornalístico é a compreensão de que há razões para estudá-lo e não apenas fazê-lo, pela especificidade do campo na produção de sentidos que afeta o funcionamento e a sociabilidade na sociedade contemporânea.

Considerando os desafios e cenários sobre o campo de conhecimento do Jornalismo e da Comunicação apresentados, entende-se que a perspectiva para produção de pesquisa no Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá deve incorporar os desafios de natureza teórica e epistemológica como parte estruturante do percurso de investigação e ensino no curso.

A proposta da produção de pesquisa no Curso, portanto, toma como fundamento, contribuir com estudos teóricos, empíricos e aplicados, propondo uma reflexão crítica nas instâncias epistêmicas, teóricas e metodológicas em torno do campo do jornalismo e da comunicação, considerando as especificidades da região e do estado do Amapá, que ainda não conta com campo consolidado de investigações nestas áreas. A possibilidade de inovação do currículo está em associar, portanto, a produção de saber sobre o jornalismo posicionado em um território simbolicamente à margem e, desse movimento, extrair a matéria prima para fundamentar metodologias e práticas de ensino.

A diretriz da política de produção científica do curso considera, portanto, os aspectos estruturantes apontados para reflexão sobre o campo da Comunicação como questões inerentes ao pensar e ao realizar a pesquisa sob a ótica da realidade local. Em resumo, o Currículo deve apresentar possibilidades para que a produção de conhecimento no curso procure entender e analisar a articulação dos sistemas midiáticos com as demais instituições e instâncias sociais, a observar pela ótica do simbólico a produção de sentidos pelas mídias sobre o contexto comunicacional da Amazônia. Além disso, deve considerar os discursos e as práticas dos produtos e dos processos midiáticos (estéticas, linguagens e narrativas das mídias) em um cenário estruturalmente marcado pela ação das tecnologias da informação e da comunicação.

Entende-se que a perspectiva proposta para organizar e estruturar a pesquisa no curso aponta, sob o ponto de vista amplo, para os cenários e desafios em torno da pesquisa em comunicação e jornalismo, ao mesmo tempo em que considera as especificidades

locais, de forma a construir e consolidar o campo de investigações sobre a comunicação, os meios e a midiaticização no estado do Amapá.

JORNALISMO E FORMAÇÃO SUPERIOR NO AMAPÁ

O curso de Jornalismo da Unifap foi criado em 2011. Por se tratar do primeiro e único curso público no estado do Amapá, surgiu já com a proposta de formar Bacharéis em Jornalismo, mas a partir de um currículo baseado na formação comum em Comunicação Social. O primeiro projeto pedagógico permaneceu em vigor até o ano de 2015. Nesse mesmo ano, vivemos a transição de matriz curricular para implementação do novo PPC, adequando-o às novas Diretrizes Curriculares. O documento foi sistematizado pelo colegiado de professores do curso, por meio de uma metodologia que envolveu diagnósticos do mercado e da produção de conhecimento em Jornalismo, nas especificidades da realidade local.

O estado do Amapá (AP) é território de fronteira na Amazônia Continental, localizado ao extremo norte do Brasil. O Estado tem seus limites com a Guiana Francesa ao norte, a noroeste com a República do Suriname, a leste e nordeste com o Oceano Atlântico e, ao sul e a oeste, com o estado do Pará. Possui 16 municípios e uma população de 669.526 habitantes (IBGE, 2010) distribuída em uma área territorial de 142.827,897 Km², ou seja, com uma densidade demográfica de 4,69 habitantes por Km². O Amapá é uma das mais novas unidades federativas do país, criado em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal.

Considerando os dados socioeconômicos do IBGE, Censo 2010, entre as pessoas de 10 anos de idade ou mais, quase a metade da população amapaense ou não tem instrução ou não chegou a concluir o Ensino Fundamental (47,52%). Os que não concluíram o Ensino Médio somam 17,59% da população e os que não concluíram o Ensino Superior compõem 27,26%. A menor taxa é composta pelos que concluíram o Ensino Superior (6,95%). Certamente o baixo nível de escolaridade reflete o índice de 42,96% de pessoas sem rendimento, no mesmo universo de indivíduos. Dentre os demais habitantes do Amapá, que possuem rendimento mensal, a maioria não ganha mais que dois salários

mínimos⁶. A Administração Pública representa a maior fonte de riquezas geradas, respondendo por 48,7% desse total.

Em consulta ao sistema e-mec⁷, constatamos que o Amapá possui 16 instituições de ensino superior, sendo 13 privadas com fins lucrativos, classificadas como faculdades, 1 Universidade Pública Estadual, 1 Universidade Pública Federal e 1 Instituto Federal. Segundo dados do Censo de Educação Superior do Ministério da Educação (2012), o estado registra 16.355 matrículas na educação superior, sendo 11.360 na rede privada e apenas 4.995 no sistema público de ensino superior.

Segundo a pesquisa “Brasil Conectado” (2013), no Amapá, das outorgas para radiodifusão sonora, 12 possuíam finalidade comercial, 07 exclusivamente educativa e 18 destinavam-se à radiodifusão comunitária. Em relação às outorgas de TV, 5 possuíam finalidade comercial e 2, finalidade educativa. As consignações de canais de retransmissão digital de sinal televisivo totalizavam 17. Segundo relatório divulgado pela Anatel, em julho de 2013, 12 prestadoras de Internet fixa e 04 de TV por assinatura, atuavam no Amapá.

Além das emissoras e veículos de comunicação, a presença de instituições e órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais – assim como o fomento da cultura digital às tecnologias de mídias sociais – constitui um crescente campo de atuação para profissionais de jornalismo na área de assessoria de imprensa e na consultoria em projetos e políticas de comunicação.

Registra-se que, apesar de a formação profissional ser recente – com primeiro curso superior, na rede privada, em funcionamento, apenas a partir de 2001 –, o mercado de mídia local e os espaços de atuação para jornalistas estão em processo de profissionalização crescente. A gestão de empresas e a possibilidade de novos negócios, empreendimentos e coletivos independentes de comunicação ampliam os campos para atuação do profissional de Jornalismo, foco que identificamos ser o prioritário na gestão do novo Currículo. Identifica-se que a demanda por informação local, envolvendo concepção, criação e implementação de projetos em Jornalismo, é um campo a serem explorados e, por

⁶ Até 1 salário mínimo 11,05%; até 2 salários mínimos 39,33%; de 5 a 10 salários mínimos 4,96%; mais de 10 salários mínimos 1,30%; mais de 20 salários mínimos 0,41%. Salário mínimo utilizado pelo IBGE: R\$ 510,00. (IBGE, Censo, 2010).

⁷ <http://emec.mec.gov.br>. Em 12 de julho de 2015.

isso, exige perfil empreendedor, apto, enfim, a criar demanda por informação e supri-la com projetos sustentáveis.

O campo profissional do Jornalismo, por sua vez, é pouco investigado. A produção de conhecimento sobre dinâmica, especificidades e lógicas envolvendo a produção da informação jornalística – bem como cenário e contexto do mercado e da atuação das instituições midiáticas locais – é embrionária e incipiente. Neste sentido, a formação de Bacharéis em Jornalismo precisa apreender a dinâmica de que a formação de pesquisadores assume dimensão estratégica na formação profissional.

ELEMENTOS PARA PENSAR O ENSINO DE JORNALISMO NA UNIFAP

O ensino do jornalismo não pode escapar a reflexões contextuais da sociedade informacional (MEDITSCH, 2007) nem do capital humano e da sustentabilidade comunitária (PAIVA; SODRÉ, 2012). No primeiro caso, um saber capitalizado na cultura da internet-digital, criação, inovação, experimentação, colaboração, compartilhamento, e, no segundo, um processo formativo afinado com a realidade existencial das comunidades, com suas respectivas práticas e saberes culturais: “O capital humano é a criação de valor não pela força de trabalho externa ao trabalhador nem pelo conhecimento incorporado em técnicas objetivas e máquinas (o *capital constante* marxiano), e sim pelo saber vivo do sujeito, dito ‘imaterial’” (SODRÉ; PAIVA, 2012, p. 5).

As duas perspectivas podem ser equacionadas para pensar a formação em jornalismo, enquanto atividade profissional e intelectual, comprometida com a geração sustentável da comunidade e com organizações sociais solidárias e criativas. Essa compreensão dimensiona uma concepção pedagógica sobre o ensino de Jornalismo e resgata a história e as práticas que sustentaram a formação em Jornalismo. A compreensão sobre o papel e o significado do Jornalismo, em dado momento, repercute em concepções para a formação profissional.

Ao longo das seis décadas de experiência na formação universitária de jornalistas, o Brasil adotou um modelo que mescla o padrão europeu (estudo teórico) com modelo americano (aprendizagem pragmática). O desafio central, no entanto, é pensar as especificidades da formação de jornalistas ligadas ao campo da Comunicação Social, que reúne várias profissões, dentre elas o Jornalismo. A compreensão de que se pode reduzir o

jornalista a um comunicador polivalente, capaz de suprir uma suposta demanda de um país do sul, é um posicionamento que precisa estar atrelado a uma compreensão de formação do profissional de Jornalismo sob a ótica da América Latina, em especial, da região Amazônica, que reúne saberes e práticas culturais peculiares e está sob o foco de discursos e políticas desenvolvimentistas. Convém destacar que o campo jornalístico opera e atua sob condições sociopolíticas e econômicas muito singulares, comparado à territorialidade não periférica (do eixo sul/sudeste do país, por exemplo).

Evidente que essa concepção acompanhou uma conjuntura de Guerra Fria e de ditaduras, incluindo América Latina e Brasil, em que a existência do jornalismo demandaria a liberdade de expressão, do debate plural e público e de controle e monitoramento da esfera estatal. Os meios profissionais e acadêmicos negam essa tentativa da formação polivalente do comunicador social, resolvendo o conflito com a formação de cursos de Comunicação Social com habilitações em Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, entre outras. Esse modelo consolidado no Currículo Mínimo Obrigatório (1969) extingue a formação específica em Jornalismo que existia nas escolas de Jornalismo, inclusive no Brasil com a experiência na Universidade de Brasília, sob a coordenação de Pompeu de Souza e Darcy Ribeiro, em 1963.

Um modelo de curso de Comunicação Social que aponta para diferentes habilitações representa prejuízo à formação profissional em Jornalismo, à medida que contribui para dissolução de conteúdos voltados à especificidade da profissão, privilegiando conteúdos gerais de Comunicação, que não respondem às particularidades advindas da prática profissional. O que foi possível notar foi uma formação teórica que, em busca de uma pretensa autonomia como disciplina das Ciências Humanas, e não das Ciências Sociais Aplicadas, negava, desprestigiava e isolava o mundo do Jornalismo e as questões voltadas ao exercício profissional. Dessa concepção, consolidou-se uma vertente dicotômica que dividia teoria e prática, restringindo a ampla formação profissional em Jornalismo ao aprendizado de técnicas, destituído, portanto, de interesse e escopo teórico, ao passo que o ensino teórico em comunicação se desvincula das questões, problemáticas e práticas, do exercício profissional.

A retomada da formação específica torna-se, então, um debate em construção que considera e problematiza teoricamente a profissão, no entendimento de que o Jornalismo

desenvolveu saberes e metodologias próprias para apuração, seleção, checagem, processamento, apresentação e compartilhamento da informação, além de uma cognição situada (MEDITSCH, 2007) sobre o fato e acontecimento social.

Neste debate sobre o papel da universidade na formação capaz de incidir na construção da identidade do jornalismo como campo de conhecimento e profissional, e de produzir relações mais transparentes com o mercado de trabalho, é imprescindível, também, o debate do mercado mundial da educação, que é crescente no Brasil desde os anos 90.

O modelo educacional inspirado pela lógica econômica, a privatização da Educação Básica, a usina de diplomas, a economia de serviços, a separação do trabalho em intelectual e manual, a divisão internacional entre ricos e pobres, as utopias de emancipação pelo trabalho e a filosofia moral do Iluminismo Europeu crescem sem aprofundar, em termos democráticos, o desenvolvimento humano (PAIVA; SODRÉ, 2012). “O mestre Paulo Freire já apontava algumas razões para esta falha: nossa produção teórica é em grande parte colonizada. Pensamos nossos problemas com instrumentos e metodologias desenvolvidos em outras realidades, com outras perspectivas” (MEDITSCH, 2007, p. 50).

Como consequência, o que temos é uma miopia tecnicista que nega a possibilidade teórica relevante, fundamentada nos aspectos sociais, culturais e políticos de uma realidade local viva. Neste sentido, em um contexto freiriano, nosso marco pedagógico remete a “aprender a apreender a realidade”, aproximando-se dela e compondo-a com a nossa efetiva participação. Redescobrir o plural, o saber, o valor e a rede na comunidade. A Comunicação e o Jornalismo, em aspectos técnicos e científicos, constroem informação, atravessam os indivíduos, estruturam, significam e transformam *socius*. Eles conectam dispositivos, produzem e circulam códigos, discursos e sentidos. Criam problemas sobre linguagem, interpretação, convivência e experiência.

Introduzir a experiência dos sujeitos no *intermezzo*, espaço produtor de sentidos que se desloca entre o ‘aqui’ e o ‘lá’, entendido, agora, na trama interativa que envolve signo/sujeito/mundo, representa reconhecer na linguagem as marcas da vida social. Por essa proposição, o signo deixa apenas de nomear para significar (CITELLI, 2004, p. 57)

Jesús Martín-Barbero (2008) discute, no campo das mediações, o fluxo global do massivo e as matrizes culturais no contexto latino. As mediações culturais são uma crítica ao midiacentrismo. Portanto, as atitudes, os valores, os hábitos, as tradições, o convívio social são algumas referências humanas que descentralizam o debate sobre o meio ou sobre a mensagem. Incluem-se nos debates a produção discursiva, as organizações midiáticas e o crescente papel das relações sociais do capital e do lucro, além dos desvios humanísticos. O pensamento comunicacional latino-americano questionou o simbólico e o ideológico no contexto das Américas.

Nossas sociedades [latinoamericanas] são, ao mesmo tempo, “sociedades do desconhecimento”, isto é, do não reconhecimento da pluralidade de saberes e concorrências culturais que, sendo compartilhadas pelas maiorias populares ou as minorias indígenas ou regionais, não estão sendo incorporadas/integradas como tais nem aos mapas da sociedade nem sequer aos de seus sistemas educativos (MARTÍN-BARBEIRO, 2006, p. 55).

É uma versão política da colonização que escapa de capturar a Amazônia, em comparação ao desenho institucional de formação de jornalistas orientados por uma perspectiva hegemônica do sul/sudeste, marcada por uma lógica de um mercado constituído na cultura urbana das grandes cidades e centros políticos e econômicos do país.

A comunicação é uma presença articuladora e estratégica ao construir, desconstruir e reinventar moldes estéticos, controles e ameaças das liberdades de informação e expressão. Inaugura-se com a digitalização ou a globalização digital uma aposta sobre o desmonte da hegemonia racionalista, do imperialismo, do dualismo. A midiaticização provoca algumas tensões. A produção de sentido social em rede e compartilhado com ampla capacidade de processar símbolos (CASTELLS *apud* MARTÍN-BARBEIRO, 2006) revoluciona a relação em termos de uso e apropriação das tecnologias, com implicações na produção e circulação de sentidos (MARTÍN-BARBEIRO, 2006).

Pensar os processos midiáticos na relação constitutiva com os processos políticos, socioculturais e econômicos na Amazônia, compreender a midiaticização das relações sociais no contexto de reconfiguração de práticas e saberes em meio aos processos sociotécnicos, sem desvincular as realidades locais e regionais são, portanto, parâmetros que obrigatoriamente devem subsidiar a formação ética, técnica e estética dos jornalistas,

quando contextualizados às especificidades da região Norte do Estado do Amapá (território sob o qual estamos observando o campo profissional e acadêmico em torno do Jornalismo).

As ideologias, o simbólico e as políticas que envolvem a região Norte e o estado do Amapá contextualizam o curso e a instituição na periferia nacional e nas bordas do pensamento científico, ao mesmo tempo em que o particulariza e privilegia sobre o ensino e o Jornalismo na Amazônia. Neste sentido, a deslocalização do centro e a marginalização simbólica sobre o Norte são condições propulsoras para uma perspectiva política que opera uma proposta pedagógica, fundamentada em Paulo Freire (1982), para lógicas libertadoras, de reinvenção dos processos racionalizadores e de autonomia, compreendendo aqui uma independência relativa ao processo de produção e circulação da informação. O desafio instaurado é a descolonização da nossa educação por compreender demandas diferenciais que surgem na localização territorial, na cultura cotidiana e histórica dos grupos sociais amazônidas.

Nesta perspectiva, as diretrizes nacionais precisam ser contextualizadas, quando pensadas sob a ótica de nossa realidade geopolítica. As necessidades dos grupos sociais e do campo de trabalho, na região e no estado, orientam nossas práticas e nossas teorias. A crítica, a consciência e a experiência tornam-se propulsoras de um ensino pensado sob o viés investigativo sobre o campo comunicacional e jornalístico e sobre as instituições de ensino que constroem a narrativa de formação profissional.

Um Currículo, sob essa vertente, deve tratar, em sua configuração, da emergência de outros padrões coletivos de dissenso ou de marginalidades territoriais e simbólicas para contrariar a sustentabilidade do capital. Deve tratar da hegemonia de um modelo estético para o jornalismo, de uma forma social predatória e outras formas de conviver entre indivíduos e sociedades informacionais e tecnológicas.

Conectamo-nos a esta centralidade das diretrizes ao fazer emergir outras formas de cidadania. Neste sentido, o Currículo que propomos, amparados na dimensão conceitual em desenvolvimento, neste artigo, deve buscar a geração de conhecimento, a partir da negociação sobre a identidade, considerando o valor da diferença, a alteridade, os distintos modos de percepções, a memória histórica e as formas de organização, o reconhecimento, as práticas e os saberes capitalizados na cultura local. Deve também instituir, como

perspectiva didática, o convite à reflexão, ao diálogo e a posicionar-se conceitualmente sobre a constante tentativa de (des)regulamentação e regulação da profissão.

Os contextos (histórico, social, político, econômico e cultural) da região Norte, do Estado do Amapá e da cidade de Macapá devem gerar nossas indagações sobre a colonização, as naturalizações simbólicas pelo discurso e práticas tradicionais, pensadas na formação de jornalistas por paradigmas dissonantes a uma demanda periférica, assim como gerar uma contínua discussão e valorização sobre o conceito e a vida de comunidade, da memória histórica das comunidades locais, da percepção de coletivo, ecológico e vida em comum. Deve-se partir de problemas da prática para buscar questões teóricas a serem refletidas e ensinadas como saberes profissionais. Por isso, a unidade básica para pensar o Jornalismo, na universidade, é o ensino-pesquisa (MEDITSCH, 2007), o que nos remete às questões levantadas na primeira parte do artigo.

O ensino de Jornalismo na Amazônia deve dar condições concretas à formação de uma opinião pública plural, descentralizada e diversa em suas vozes, além de aparições públicas deste contexto territorial e da memória histórica da região. A construção simbólica, a projeção nacional, a produção sociocultural e a compreensão política e econômica da Amazônia são elementos de estudo e pesquisa pertinentes à formação do egresso de um curso de jornalismo na periferia (destaca-se aqui uma compreensão crítica do termo, considerando o periférico como campo privilegiado de observação e rupturas, como já apontado).

FUNDAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS DA FORMAÇÃO

A dimensão ético-política da formação na configuração exposta até aqui leva-nos a pensar a formação de um profissional de jornalismo que se aproprie das competências éticas e estéticas de seu entorno pelos princípios da pluralidade da informação, para a ampla democracia (práticas democráticas), consciente dele como sujeito e consciente do espaço público como espaço de transformação. É inerente à formação e à profissão do jornalista o comprometimento com o público e o local, determinado por responsabilidade com a informação, que é a matéria-prima do trabalho do jornalista, compreendendo e criticando as conjunturas sociais, políticas, econômicas, regionais. A ética do jornalista deve estar comprometida com o cotidiano da população, com aspectos da cidadania e da

vida comunitária, derivando daí respeito e compromisso social. Sem ela, não há jornalismo.

A transformação no campo de normas e valores de sociabilidade, no espaço universitário, deve considerar o lugar da educação que, por longo tempo (e ainda); sustenta-se em reprodução de discursos ideológicos, desumanização pelo instrumentalismo técnico e distinções sociais.

O papel do sujeito, no ato de estudar, deve subverter as lógicas da ingenuidade e da cultura do silêncio (FREIRE, 1982). A primeira lhe retira a crítica, enquanto a segunda lhe tira a conscientização sobre seu papel social, sem permitir que ele tenha participação no desenvolvimento histórico, político e econômico.

A criticidade trata de conteúdo interpretativo e de condicionamentos histórico-sociológicos do conhecimento. Ela só se dá diante da realidade, da existência, do mundo: pensar a prática para gerar a transformação da realidade. Ensinar-estudar não é passar de um para o outro, do cheio para o vazio, como o resgate de um sujeito às bordas sombrias do que não conhece; como um ensinamento messiânico, dotado do poder da salvação do aluno pelo professor e, conseqüentemente, de paternalismo. A falta de crítica nas palavras comunicadas é um problema em torno do ensino universitário.

A educação, como um fenômeno social, perpetua a vida social na transmissão de conhecimento entre gerações. A Comunicação e a Educação, entremeadas, constroem a possibilidade de saber e transformar sociedade. O ensino universitário é como reconstrução da experiência estudantil, juvenil e comunitária, desenvolvendo a capacidade dos indivíduos para agir como diretores conscientes dessa organização.

Entre as especificidades éticas do jornalismo destacadas do papel profissional, consta que o discente deve permear a complexidade da linguagem e desenvolver formas diferenciadas de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade da Amazônia, do estado do Amapá e da cidade de Macapá.

Ao dar ênfase à formação do jornalista como intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos, bem como ao suscitar o compromisso com a profissão e com os seus valores, permite-se elevar o (auto) reconhecimento profissional.

O DESAFIO PEDAGÓGICO PARA ALÉM DO CURRÍCULO

A revisão de um projeto político-pedagógico, mais do que readequar o Currículo ao novo contexto para o ensino de jornalismo, proposto pelas novas Diretrizes Curriculares para o Ensino de Jornalismo, é também um processo que faz emergir conflitos e tensões que atravessam a institucionalidade da formação de jornalistas, essa permeada por disputas entre campos de saberes e práticas profissionais e por um modelo de universidade. Nesse sentido, a instância pedagógica estruturada e referenciada na articulada relação ensino-pesquisa deve tangenciar outra instância, a epistêmica, responsável por sustentar o projeto pedagógico. Isso por se tratar de um aspecto que revela o lugar da produção de saberes e de conhecimento como elementos constitutivos do processo formativo com os respectivos desdobramentos ético-políticos.

Essa relação imbricada que coloca a pesquisa a serviço do ensino de Jornalismo parece fundamental para rearticular lacunas que permearam o processo de formação de jornalistas. Em se tratando da Amazônia, essa perspectiva ganha sentido quando se considera que esse território está às margens de um eixo de produção de práticas e saberes (hegemônicos) que norteia os processos de desenvolvimento regional.

Em linhas gerais, o cenário que se buscou configurar foi o de que a formação superior pública em Jornalismo deve considerar o papel do jornalismo no processo de desenvolvimento local, estar atrelado a um contexto de potencialidades criativas (o periférico) e às dimensões imbricadas entre ensino e pesquisa, além de serem capazes de resolver e não romper com a dinâmica conflituosa e contraditória entre os campos profissional e de conhecimento que envolvem o jornalismo.

O currículo é lugar estratégico onde esse exercício começa e deve, por sua vez, criar pedagogicamente condições para esse cenário emergir em um roteiro que articula de forma orgânica os componentes curriculares, na interface entre ensino e pesquisa, com concepções afinadas aos dilemas éticos, estéticos e técnicos que envolvem a interface (e não sobreposição) entre o campo científico e profissional.

REFERÊNCIAS

CITELLI, Adilson. **Comunicação e educação** – a linguagem em movimento. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

DEWEY, John. **Arte como Experiência**. Tradução Vera Ribeiro. 1ª edição (versão original de 1912). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. Experiência e natureza; Lógica, a teoria da investigação; A arte como experiência; Vida e educação; Teoria da vida moral. Traduções de Murilo Otávio Rodrigo Paes Lese, Anísio S. Teixeira, Leônidas Gontijo de Carvalho. **Coleção Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FRANÇA, V.R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê. **Ciberlegenda**. Niterói, UFF, V5, 2001.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. FREIRE, Paulo (1970). **Pedagogia do Oprimido**. 47ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

MARTIN-BARBEIRO, Jesús. **Dos Meios às mediações**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. Tecnicidades, identidades e alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (org.) **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006 p. 51-80.

MARTINO, L. C (org.). **Teorias da Comunicação: muitas ou poucas?** Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2007.

MARTINO, L. C. História e Identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional. **E-Compós** (Brasília), v. 1, p. 1-22, 2004.

_____. Cepticismo e inteligibilidade do Saber Comunicacional. **Ciberlegenda**, Niterói, UFF, V5, 2001.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Intercom. Vol. XXI, nº 1, jan/jun 1998, p. 25-38.

_____. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis, SC: Ed. UFSC, 1992.

_____. Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação. **Rebej** (Brasília), v. 1, p. 41-62, 2007.

_____. O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. **INTERCOM** (São Paulo), São Paulo, v. XXVI, n.1, p. 25-46, 2003.

_____. Crescer para os lados ou crescer para cima: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. In: XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1999, Rio de Janeiro. **Intercom** 1999 CD-ROM. São Paulo/Rio: Intercom/JGF, 1999.

PAIVA, Raquel; SODRÉ, Muniz. **Capital humano e sustentabilidade comunitária**. Texto apresentado no GT Comunicación popular, comunitaria y ciudadanía. ALAIC, Montevideo, 2012.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Matrizes** (USP. Impresso), v. 1, p. 197-212, 2009a.

_____. O fenômeno noticioso: objeto singular, natureza plural. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 2, p. 9, 2009b.

SODRÉ, Muniz. Jornalismo como campo de pesquisa. **Brazilian Journalism Research** (Online), v. 6, p. 7-15, 2010.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **Matrizes** (USP. Impresso), v. 5, p. 11-27, 2012.

Recebido em 07 de junho de 2020

Aprovado em 18 de setembro de 2020